

abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pela inscrição n.º 19/07, a fls. 72 Verso e 73, do Livro n.º 2 das Instituições com Fins de Saúde e considera-se efectuado em 23/03/2007, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — ENCONTRARSE — Associação de Apoio às Pessoas com Perturbação Mental Grave

Sede — R. Henrique Lopes de Mendonça, 253 Apartamento 22 — PORTO

Fins — Apoio, formação, intervenção, avaliação e investigação no domínio da reabilitação psicossocial das pessoas com perturbação mental grave.

Admissão de sócios — Podem ser associados todas as pessoas individuais, maiores de 18 anos, ou colectivas que aceitem os estatutos e os regulamentos internos, se existirem, e que subscrevam a competente proposta de admissão.

Exclusão de sócios: Perdem a qualidade de associados os que, por actos dolosos, tenham prejudicado materialmente a Associação.

7 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611071924

Declaração n.º 353/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 1, à inscrição n.º 38/86, a fls. 53 Verso e 54, do Livro n.º 3 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 15/11/2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Social de Mata de Lobos;
Sede — Mata de Lobos — MATA DE LOBOS.

12 de Dezembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611071935

Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.

Direcção de Apoio à Gestão

Aviso n.º 25672/2007

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal do quadro da função pública do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, referente a 31 de Dezembro de 2006, se encontra afixada para consulta.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir nos termos dos artigos 96.º e 98.º do citado decreto-lei.

29 de Novembro de 2007. — O Director de Apoio à Gestão, *Pedro Andrade*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 29526/2007

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego no inspector geral

da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde, licenciado Fernando César Augusto, os poderes para a prática dos actos seguintes:

1 — No âmbito da gestão interna de recursos humanos:

1.1 — Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º e com observância do disposto no n.º 1 do artigo 30.º do citado diploma legal, na redacção dada pelo Decreto Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;

1.2 — Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados do pessoal dirigente e de chefia, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

1.3 — Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de actividades privadas aos dirigentes de nível intermédio nos termos da lei;

1.4 — Autorizar a acumulação de actividades ou funções públicas remuneradas, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro, bem como as não remuneradas;

1.5 — Conceder licenças sem vencimento, por um ano ou de longa duração, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, bem como autorizar o regresso destes funcionários à actividade, tendo por base a mesma habilitação legal;

1.6 — Autorizar pedidos de equiparação a bolsheiro no território nacional ou no estrangeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto;

1.7 — Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes que impliquem deslocações ao estrangeiro sem encargos para a Inspeção-Geral das Actividades em Saúde ou, tendo encargos, sejam de duração até cinco dias, bem como as que se realizem no âmbito de projectos superiormente aprovados;

1 Autorizar a atribuição de telemóvel, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2002, de 1 de Agosto.

2 No âmbito da gestão orçamental, exceptuando o P.I.D.D.A.C.:

2.1 — Autorizar despesas com empreitadas e obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços e demais despesas até ao montante de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2.2 — Escolher o tipo de procedimento a adoptar, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º e n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando o montante estimado da despesa não exceda € 125.000,00 (cento e vinte cinco mil euros);

2.3 — Designar os júris e delegar a competência para proceder à audiência prévia, mesmo nos procedimentos de valor superior ao agora delegado;

2.4 — Proceder à prática de actos consequentes ao acto de autorização de escolha e início do procedimento cujo valor não exceda o agora delegado, mesmo relativamente a procedimentos cujo início foi autorizado pelo membro do Governo competente em data anterior à do presente despacho;

2.5 — Autorizar a realização de arrendamentos para instalação dos serviços, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aprovar as minutas e celebrar os respectivos contratos quando a renda anual não exceda o montante de € 199.519,16 (cento e noventa e nove mil quinhentos e dezanove euros e dezasseis cêntimos);

2.6 — Conceder adiantamentos a empreiteiros e a fornecedores de bens e serviços desde que cumpridos os condicionalismos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e no artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

2.7 — Autorizar despesas com seguros não previstos no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, sem prejuízo do disposto no mesmo preceito;

1 Autorizar deslocações e transporte, quando em serviço oficial e a título excepcional devidamente fundamentado, por avião, no território nacional ou no estrangeiro, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril e pagamento de abonos antecipados ou não, nos termos da legislação em vigor e no respeito pelas orientações definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 13 de Abril.

2 No âmbito das competências específicas:

1 Homologar os relatórios finais das inspecções, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho.

2 O inspector-geral deverá apresentar-me, com uma periodicidade semestral, um relatório síntese com elementos estatísticos e de custos relativos aos actos praticados de harmonia com os n.ºs 1.1. e 1.2. do presente despacho.

3 Revogo o número 1.3. do Despacho n.º 1355/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República* n.º 20, de 29 de Janeiro, no que se refere à competência para decidir os recursos hierárquicos interpostos da aplicação de penas disciplinares aplicadas por despacho do inspector-geral da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde.

4 O presente despacho produz efeitos desde 1 de Agosto de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora delegados.

29 de Novembro de 2007.— O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

Despacho (extracto) n.º 29527/2007

Por despacho de 20 de Novembro de 2007, do Coordenador da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo, no uso de competência delegada, foi nomeado, ao abrigo do disposto no artigo 5º, n.º 1 e n.º 2 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, precedendo concurso interno de acesso limitado para provimento de 1 lugar na categoria de assessor superior, carreira de técnico superior de saúde — ramo de farmácia, do quadro de pessoal dos serviços de âmbito sub-regional, o seguinte funcionário:

Serviços Centrais da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo
Ana Paula de Oliveira Moura Macedo

20 de Novembro de 2007. — O Coordenador, *Manuel João Basto Machado Carneiro*.

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Sub-Região de Saúde de Viseu

Deliberação (extracto) n.º 2467/2007

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 15-11-2007:

José Manuel Henriques Mota de Faria, Chefe de Serviço da Carreira Médica de Saúde Pública do quadro de pessoal da Sub-região de Saúde de Viseu — Serviços de Âmbito Sub-regional — autorizada a mobilidade, na mesma categoria, para o quadro de pessoal do Centro de Saúde de Viseu 1.

29 de Novembro de 2007. — O Coordenador, *José Carlos Coelho Ferreira de Almeida*.

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Sub-Região de Saúde de Santarém

Despacho n.º 29528/2007

Por despacho de 28/11/2007, do Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém, no uso da subdelegação de competências:

Autorizada a nomeação na categoria de Assessor Superior da carreira Técnica Superior de Saúde, após concurso interno de acesso limitado, da candidata abaixo indicada:

Serviços de Âmbito Sub-Regional

Maria Fernanda Teles de Macedo Jesus Veloso.
(Excluído de fiscalização prévia)

3 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Administração Geral, *Carlos Manuel Marques Ferreira*.

Centro Hospitalar de Torres Vedras

Aviso n.º 25673/2007

Por despacho do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 28 de Novembro de 2007:

Isaura Maria Salpico Mendes Garcia Moço Ferreira, nomeada após concurso, Assessora de Serviço Social do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Torres Vedras e integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*.

Aviso n.º 25674/2007

Por despacho do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 28 de Novembro de 2007:

Dina Teresa Santos Cunha Oliveira, nomeada após concurso, Técnica Principal de Farmácia do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Torres Vedras e integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*.

Aviso n.º 25675/2007

Por despacho do conselho de administração deste Centro Hospitalar de 28 de Novembro de 2007:

Manuel Joaquim Gomes Pires, nomeado após concurso, Técnico Superior Principal do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Torres Vedras e integrado no Centro Hospitalar de Torres Vedras. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

29 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*.

Aviso n.º 25676/2007

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., de 15 de Novembro de 2007:

Arlete Carla Mendonça Barrocas da Fonseca Oliveira, Técnica de 2ª. Classe de Fisioterapia do quadro de pessoal do Hospital Distrital de Torres Vedras e integrado neste Centro Hospitalar, autorizada a permuta com a Técnica de 2ª. Classe de Fisioterapia, Cristina Isabel Fernandes dos Santos Luzio do quadro de pessoal do Hospital Curry Cabral, ao abrigo do n.º 5 da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Moreira Furtado Mateus*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Aviso (extracto) n.º 25677/2007

Marina das Dores Rodrigues Fonseca, auxiliar de acção médica, exonerada a seu pedido nos termos do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07.12, com efeitos a 05 de Novembro de 2007.

27 de Novembro de 2007. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.

Aviso (extracto) n.º 25678/2007

Sónia Maria da Graça Will Soares de Barros, auxiliar de acção médica, exonerada a seu pedido nos termos do artigo 29º do Dec-Lei n.º 427/89, de 07.12, com efeitos a 06 de Novembro de 2007.

27 de Novembro de 2007. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.

Hospital de Curry Cabral

Deliberação n.º 2468/2007

Por deliberação do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., de 15 de Novembro de 2007, foi autorizada a permuta da fisioterapeuta de 2ª Classe Cristina Isabel